

**Protocolo de Colaboração entre a Direção-Geral dos Assuntos Europeus, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., o Instituto de Tecnologias de Informação na Justiça, I. P., o Gabinete Nacional de Segurança e o Centro de Gestão da Rede Informática do Governo sobre a Iniciativa de Cidadania**

Primeiro instrumento de democracia participativa na União Europeia – e precursor ao nível das organizações internacionais – a Iniciativa de Cidadania Europeia constitui uma das principais inovações do Tratado de Lisboa. Os cidadãos da União (pelo menos um milhão de cidadãos oriundos de, no mínimo, sete Estados-membros) passam, assim, a poder convidar a Comissão a apresentar uma proposta legislativa.

É objetivo central da iniciativa de cidadania fomentar a participação dos cidadãos no processo legislativo europeu, aproximando-os por essa via do projeto europeu e encorajando um debate transnacional sobre questões de interesse comum.

Portugal apoiou de forma consistente este instrumento, pela nova dimensão que dá à democracia europeia, completando o conjunto de direitos de cidadania que os sucessivos Tratados têm vindo a consagrar.

Esta iniciativa é ainda coincidente com os esforços que têm sido levados a cabo a nível interno no sentido de promover plataformas de debate e de participação dos cidadãos na definição das políticas públicas.

Assim,

Considerando o Regulamento (UE) n.º 211/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011, sobre a iniciativa de cidadania, em particular os artigos 14.º (Sanções), 15.º (Autoridades Competentes dos Estados-membros) e 21.º (Comunicação de Medidas Nacionais);

Considerando as competências dos organismos signatários no que diz respeito à certificação dos sistemas de recolha por via eletrónica das declarações de apoio e à verificação e certificação das declarações de apoio apresentadas;

Considerando o papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Direção-Geral dos Assuntos Europeus) enquanto organismo que coordenou, com o apoio dos ministérios sectoriais, a negociação do Regulamento (UE) n.º 211/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011, sobre a iniciativa de cidadania;

Considerando a disponibilidade manifestada pelo Centro de Gestão da Rede Informática do Governo para prestar serviços de alojamento e operacionalização de uma plataforma, com base no *software* disponibilizado pela Comissão Europeia, para suporte ao lançamento uma iniciativa de cidadania e tendo em conta a capacidade técnica desta entidade;

Tendo sido consultada a Comissão Nacional de Proteção de Dados, nos termos da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro;

É celebrado o presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

## **Cláusula 1.ª**

### **Objeto**

O presente Protocolo tem por objeto a definição de regras específicas para a certificação dos sistemas de recolha por via eletrónica das declarações de apoio alojados em Portugal e para a apresentação, verificação e atestação das declarações de apoio a uma iniciativa de cidadania subscrita por cidadãos de nacionalidade portuguesa.

## **Cláusula 2.ª**

### **Certificação dos sistemas de recolha por via eletrónica das declarações de apoio**

1. O Gabinete Nacional de Segurança é designado como a autoridade nacional competente para a certificação dos sistemas de recolha por via eletrónica das declarações de apoio.
2. Os organizadores que desejem conservar em território português os dados recolhidos por via eletrónica devem solicitar ao Gabinete Nacional de Segurança a verificação da conformidade do sistema de recolha com as exigências técnicas e de segurança previstas no Regulamento (UE) n.º 211/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011, sobre a iniciativa de cidadania e no Regulamento de Execução (UE) n.º 1179/2011 da Comissão, de 17 de novembro de 2011, que estabelece as especificações técnicas dos sistemas de recolha por via eletrónica.
3. Os organizadores devem solicitar formalmente esse serviço, através do sítio internet do Gabinete Nacional de Segurança e em formulário

próprio para o efeito, acompanhado da informação relevante exigida na Norma Técnica anexa a este protocolo.

4. O certificado de credenciação do sistema será emitido no prazo de um mês e disponibilizado no sítio internet do Gabinete Nacional de Segurança.

### **Cláusula 3ª**

#### **Serviços de Alojamento e Operacionalização de uma Plataforma**

1. O Centro de Gestão da Rede Informática do Governo disponibilizará serviços de alojamento e operacionalização de plataformas, com base no *software* disponibilizado pela Comissão Europeia, para suporte ao lançamento de iniciativas de cidadania, tendo em conta a capacidade técnica e a disponibilidade de recursos desta entidade.
2. Para este efeito, o Centro de Gestão da Rede Informática do Governo deve respeitar as especificações técnicas previstas Regulamento (UE) n.º 211/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011, sobre a iniciativa de cidadania e no Regulamento de Execução (UE) n.º 1179/2011 da Comissão, de 17 de novembro de 2011, que estabelece as especificações técnicas dos sistemas de recolha por via eletrónica, bem como as regras relativas à proteção de dados pessoais previstas na Lei n.º 67/98, de 28 de outubro.
3. A disponibilização dos serviços referida no n.º 1 deve ser regulada por um ato jurídico entre o Centro de Gestão da Rede Informática do Governo e os organizadores de uma iniciativa de cidadania.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Apresentação, verificação e atestação das declarações de apoio**

1. O Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. é designado como a autoridade competente para a verificação e atestação das declarações de apoio, relativas aos cidadão nacionais portugueses, em articulação com os organismos previstos no n.º 3.
2. As declarações de apoio podem ser enviadas em papel ou formato eletrónico (Cd-Rom ou ficheiros xml) de acordo com as indicações previstas no Roteiro para verificação e atestação das declarações de apoio anexo a este Protocolo.
3. O Instituto dos Registos e do Notariado, I.P, reencaminha, nos casos aplicáveis, as declarações apresentadas aos organismos responsáveis pela emissão dos documentos de identificação e que devem efetuar a verificação e comunicar o seu resultado no prazo de um mês:
  - a) As declarações de apoio subscritas com base no cartão do cidadão ou no bilhete de identidade serão verificadas pelo Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., se apresentadas em papel, ou pelo Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., através do Instituto de Tecnologias de Informação na Justiça, I. P., se apresentadas eletronicamente.
  - b) As declarações de apoio subscritas com base no passaporte eletrónico português e apresentadas em papel serão verificadas, mediante acesso ao Sistema de Informação do Passaporte Eletrónico Português, pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, entidade competente para a sua gestão.
  - c) As declarações de apoio subscritas com base no passaporte eletrónico português e apresentadas em formato electrónico

serão verificadas com base num protocolo, a estabelecer entre o Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que preveja uma ligação via *webservice* (ponto a ponto) entre os sistemas eletrónicos da identificação civil do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., e o Sistema de Informação do Passaporte Eletrónico Português.

4. As declarações de apoio podem ser verificadas universalmente ou com base em amostras aleatórias:
  - a) As declarações de apoio recolhidas por via eletrónica serão verificadas universalmente.
  - b) No caso das declarações de apoio recolhidas em suporte de papel, será selecionada para verificação uma amostra aleatória de 37,5% dos formulários.
5. O Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., emitirá um certificado conforme ao modelo do anexo VI do Regulamento (UE) n.º 211/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011, sobre a iniciativa de cidadania, no qual se atesta o número de declarações de apoio válidas no Estado-Membro em causa.

## **Cláusula 5.ª**

### **Sanções em caso de prestação de declarações falsas ou utilização fraudulenta de dados**

Em caso de prestação de declarações falsas ou utilização fraudulenta de dados aplicam-se as sanções previstas na Lei.

## **Cláusula 6.ª**

### **Proteção de dados pessoais**

Todos os intervenientes numa iniciativa de cidadania que procedam ao tratamento de dados pessoais estão sujeitos ao cumprimento das obrigações decorrentes da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, nomeadamente a de notificar a CNPD antes da realização de um tratamento ou conjunto de tratamentos, total ou parcialmente automatizados, destinados à prossecução de uma ou mais finalidades interligadas.

## **Cláusula 7.ª**

### **Acompanhamento da execução do presente protocolo**

O acompanhamento da execução do presente protocolo é assegurado por uma estrutura de acompanhamento, constituída por um representante de cada um dos signatários e por um representante da Comissão Nacional de Protecção de Dados, sendo a sua coordenação assegurada pelo representante da Direção-Geral dos Assuntos Europeus.

## **Cláusula 8.ª**

### **Produção de efeitos e revisão do Protocolo**

O presente Protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e pode ser revisto por mútuo acordo dos signatários.

Lisboa, 6 de junho de 2012

Dr. Francisco  
Duarte Lopes

Dr. Manuel  
Jarmela Palos

Dr. António  
Figueiredo

Dr. Bruno Sá

Vice-  
Almirante José  
Torres Sobral

Capitão-de-  
Mar-e-Guerra  
Eng.º Manuel  
da Costa  
Honorato

O Diretor-Geral  
dos Assuntos  
Europeus

O Diretor  
Nacional do  
Serviço de  
Estrangeiros e  
Fronteiras

O Presidente  
do Instituto dos  
Registos e do  
Notariado. I.P.

O Presidente  
do Conselho  
Diretivo do  
Instituto de  
Tecnologias de  
Informação na  
Justiça, I.P.

O Diretor-Geral  
do Gabinete  
Nacional de  
Segurança

O Diretor do  
Centro de  
Gestão da Rede  
Informática do  
Governo